



V EPCC
Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar
23 a 26 de outubro de 2007

ESTRATÉGIAS DE LEITURA E ESTUDO NO CURSO DE DIREITO

Judith Apda de Souza Bedê¹

Resumo: Abundam na mídia informações sobre o péssimo desempenho brasileiro nos testes internacionais de leitura. Também não faltam comentários sobre a proliferação de cursos de Direito com baixa qualidade. Nesta conjuntura, ressalta a questão da leitura, sempre muito preocupante. Os alunos pouco ou nada lêem e que, quando o fazem, restringem-se a um baixo nível de compreensão. Assim, o problema é o do resgate da leitura nos bancos universitários, a partir da vivência coletiva e da cosmovisão artística e interdisciplinar, posto que a leitura dialoga com diversas outras áreas do conhecimento. Para tanto, este projeto, posto em prática na disciplina de Comunicação e Investigação Científica, tem por escopo explorar questões relacionadas à leitura aliando-a à expressão oral, visando expansão e aprimoramento do conhecimento acadêmico. Os métodos utilizados são os mais comuns em pesquisa jurídica: o indutivo, o dialético e o sistêmico. Tal opção se deve à coleta dos dados resultante do teste de nivelamento aplicado pela instituição e na disciplina, Comunicação e Investigação Científica, ministrada aos acadêmicos do 1º ano de Direito. A partir da constatação dos problemas, partiu-se para a tentativa de saneamento com solicitações de leituras interessantes, produções escritas, proposição de pesquisas, debates e dramatizações, acompanhadas de aulas de teatro em período contrário. Um dos focos da disciplina é a formação mais completa do acadêmico, a formação em humanidades. Pretende-se dinamizar o processo de leitura com a conseqüente transformação do aluno em cidadão, em falante e em leitor da sua própria língua e da ciência jurídica.

Palavras-chave: clássicos jurídicos; direito; leitura; oralidade.

INTRODUÇÃO

Já dizia Monteiro Lobato: “um país se faz com homens e livros”. No entanto, deve-se destacar que, além dos livros, é preciso avaliar algumas concepções, como a de sociedade, de educação, de linguagem, de leitura e de literatura pelas quais se opta, além da formação do gosto. “E falar em formação do gosto é retomar as relações entre leitura, literatura e escola do ponto de vista das possibilidades políticas do movimento no sentido de desestabilização da dicotomia entre *prazer e saber*”. (MAGNANI, 1989, p. 27 a 29). Desta feita, pensar os problemas, estudar teorias e desenvolver estratégias para minimizar problemas com a leitura, a oralidade e a compreensão de textos do universo jurídico foi o objeto de trabalho desta pesquisa. Buscou-se explorar o desenvolvimento de estratégias de leitura que levassem o acadêmico do primeiro ano de Direito a tomar contato com as leituras do universo jurídico e algumas boas obras da Literatura nacional, aprimorando-lhe o gosto e incentivando a perspicácia e agudeza de sentidos, assim como a argumentação a partir de determinados pontos de vista.. Boa literatura é como uma

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura, lecionando Comunicação e Investigação Científica para turmas de 1º ano de Direito no Cesumar. Especialista em Literatura e em Direito. Mestranda em Direitos da Personalidade pelo Cesumar. Maringá-Paraná. judithbede@cesumar.br

obra de arte: vem carregada de prazer estético primordial à humanidade. Toda área dispõe de mestres, pesquisadores, estudiosos que, através de seu trabalho, ofereceram valioso contributo às ciências às quais se filiaram; nos bancos universitários são eles chamados de clássicos. Entretanto, com o passar do tempo, as mudanças sociais e idiomáticas, o acesso àquele saber fica mais “difícil”, falta intimidade com os termos técnicos, faltam pré-requisitos cognitivos, são escassas as habilidades de leitura e muito daquilo que é valioso, motivador e interessante, perde-se. Quando se trata de uma ciência milenar como o Direito, a compreensão do desenvolvimento histórico-social e da evolução do pensamento em muito pode contribuir para a formação do acadêmico. A leitura dos clássicos da área, da boa Literatura, das matérias bem redigidas dos melhores jornais, habilita o aluno a conviver com o outro de forma mais integral, tornando-o homem mais completo, cidadão cômico de seus direitos e deveres, profissional apto a diligenciar em favor do direito de seu cliente, ou a aplicar a melhor interpretação da lei ao caso concreto. Ler, para o acadêmico de Direito, é pressuposto fundamental, assim como a compreensão do lido e sua exposição, tanto oral quanto escrita. Assim, o objetivo final deste trabalho com os alunos é torná-los aptos para o trato com a sociedade e com o universo jurídico a partir da leitura e da oralidade desenvolvidas na disciplina, a qual está sempre em contato com as outras disciplinas do currículo. Parte-se uma concepção de língua como produto do homem e não mero instrumento de controle dos iletrados e/ou menos favorecidos.

MATERIAL E MÉTODOS

A fim de dar conta dos objetivos a que o projeto se propôs, atacou-se a capacidade de compreensão de textos escritos curtos, chegando até os mais longos, finalizando com a leitura completa de obras ligadas ao universo jurídico; para tanto, foram usados os recursos de análise lingüística, gramática aplicada e exposição de conceitos jurídicos e idiomáticos fundamentais à compreensão dos textos, trabalhando com acadêmicos de primeiro ano de Direito, dos períodos diurno e noturno, por volta de 200 alunos. Os métodos utilizados são os mais comuns em pesquisa jurídica: o indutivo, o dialético e o sistêmico. Foram utilizados testes de concursos públicos, inicialmente, partindo-se para a leitura do livro de Paulo Freire: “A importância do ato de ler”, com destaque para as idéias principais nele contidas. Em seguida, com o conto “A igreja do diabo”, de Machado de Assis, além de diversos excertos de textos interessantes; promoveu-se amplo debate sobre a natureza humana no ponto de vista dos autores dos textos. Seguiu-se a leitura do clássico jurídico “Como nasce o Direito”, de Francesco Carnelutti, em consonância com os conteúdos abordados na disciplina de Economia Jurídica. Eram freqüentes os debates, a produção de parágrafos individualmente, em duplas e equipes, o que favorece a troca de idéias e ampliação da compreensão a partir da visão do outro, acrescentando-se, neste ponto, a necessidade de exercitar o respeito à diversidade na convivência social necessária. O passo seguinte, já no segundo bimestre, exigiu uma leitura mais complexa, recheada de termos técnicos e conceitos jurídicos, o livro de Roberto Lyra Filho “O que é Direito”. Em sala de aula, após a leitura, realizada pela maioria dos acadêmicos, aliou-se à compreensão básica, a exposição de técnicas de resumo e fichamento. Primeiramente, comentou-se em sala a obra como um todo, colhendo dúvidas surgidas durante a leitura. Posteriormente, a professora releu com os alunos o capítulo inicial, marcando trechos de destaque, registrando-os no quadro. Para o capítulo segundo, os trechos de destaque foram dados pelos alunos seguindo-se um roteiro oral, do tipo perguntas e respostas, dado pela professora. Para os dois últimos capítulos, os alunos elaboraram o resumo e realizaram o fichamento para estudo da obra. A fim de exercitar o raciocínio lógico e a capacidade de comparação, explorou-se a música “O meu país”, cantada por Zé

Ramalho, estabelecendo-se relações entre a teoria do direito e sua prática na sociedade brasileira contemporânea. Na ocasião, casos recentes de crime e corrupção foram analisados a partir de noticiários de TV e reportagens do jornal escrito. Diante da superação de muitas das dificuldades iniciais, introduziu-se, no terceiro bimestre, as aulas de teatro e a solicitação de leitura de uma obra de fôlego “A cidade antiga”, de Fustel de Coulanges. Em consonância com a disciplina de Ciência política, foi recomendada a leitura do livro “O povo brasileiro”, de Darci Ribeiro, além de termos assistido partes do documentário de mesmo nome, o qual prendeu muito a atenção de todos, gerando reflexão. Nas aulas de teatro, exploram-se a expressão corporal, a concentração, a dicção, a postura, o volume adequado à exposição oral de conteúdos, enfim. Ainda no terceiro bimestre, desenvolveu-se a idéia de um seminário dramatizado, a saber, a junção de teoria e prática, um recurso, criado pela professora para que os alunos leiam, escrevam, expliquem e dramatizem capítulos da obra de Coulanges, o que lhes oferece oportunidade de trabalhar individualmente enquanto leitores e coletivamente, na qualidade de componente de um grupo que deverá explanar sobre um tema. É obrigatória a pesquisa sobre a situação do Direito na Antigüidade e atualmente, comparando-se práticas sociais e jurídicas; o que lhes exige pesquisa e leitura da legislação e da doutrina, além do que lhes é dado no primeiro ano. Foi freqüente a relação estabelecida, pelos próprios alunos, com conteúdos ministrados pelos demais professores, o que demonstra compreensão, interesse e, sobretudo, aprimoramento da capacidade de leitura e interpretação, bem como habilidade para a abstração. Nesta fase, foram acrescentados recursos tecnológicos para enriquecer as apresentações, evidenciou-se o interesse e a melhoria do nível de leitura

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho, embora tenha sido pensado e parcialmente aplicado em 2006, sofreu mudanças para aprimoramento, e em 2007 encontra-se em curso, mas tanto no ano anterior como agora, tem apresentado excelentes resultados, pois os acadêmicos têm demonstrado interesse, desempenhando seu papel de forma respeitosa e responsável, havendo, inclusive, aumento da média bimestral. Muitos trabalhos deixam claro que houve pesquisa para além do que se pediu como leitura obrigatória, chegando a envolver clássicos da literatura nacional, com a obra “Morte e vida severina” de João Cabral de Melo Neto, além de músicas e filmes relacionados aos temas trabalhados. Para o quarto bimestre, será explorada a técnica da pesquisa com produção de um trabalho, sendo que cada equipe escolheu um tema ligado ao Direito e já começou, desde já, a ler e a fichar. Também será feito um júri simulado a partir dos livros de Lon Füher “O caso dos exploradores de cavernas” e “O caso dos denunciantes invejosos”.

CONCLUSÃO

No intuito de buscar soluções para o déficit de leitura demonstrado pelos alunos do curso de Direito, buscou-se a melhor teoria sobre os problemas da leitura na escola. O ponto de partida está no próprio homem. O ser humano, à semelhança de formigas, símios e cupins, vive em sociedade. No entanto, diferentemente dos animais, não apenas se movimenta em meio à natureza, mas age motivadamente, visando atingir um objetivo, transforma a natureza, a si mesmo e aos outros a partir de seus atos. O indivíduo, como ser social, precisa conviver, aliás, já dizia Aristóteles: “O homem só ou é um bruto ou é um deus”. Ocorre que, segundo Fischer (2002, p. 08) desde a revolução industrial até nossos dias, houve um processo crescente de mecanização da vida e a sociedade,

dividida em classes, gerando um homem independente, ou seja, liberto do compromisso de conviver. A leitura passou a ser mercadoria vendida no shopping neste século que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “Era dos Extremos”. A universidade, todo o ensino superior não pode se render à dinâmica do mercado e deixar como está, é preciso que o homem retome sua identidade e sua humanidade, e isto se faz pela leitura, pela arte, pelo diálogo e pela qualidade que se busca oferecer e adquirir nos bancos universitários. Observa-se que o acadêmico, desacostumado à leitura freqüente, inicialmente apresenta dificuldades, mas adapta-se às exigências das disciplinas. É preciso incentivá-lo e cobrar resultados. Muitos dos nossos acadêmicos podem reclamar de falta de tempo, excesso de trabalho, dificuldades de concentração, mas prática tem demonstrado a superação de tais obstáculos, e ótimos resultados que se revertem em benefício para ele mesmo e sua vida profissional e pessoal. Outro fator preponderante é que o professor seja leitor, sempre em busca de novidades na sua área, ou disposição para resgatar antigas práticas. Somente o professor leitor é capaz de formar leitores, o professor pesquisador incentivará a pesquisa entre seus alunos, pois o acadêmico de hoje é o profissional de amanhã, que trabalhará, no caso do Direito, com nossos litígios e pendências, com nossos direitos e deveres, por isso este acadêmico precisa de uma formação ampla e voltada para o convívio em sociedade. Nesse ponto, houve total apoio dos colegas de trabalho, que exploraram obras clássicas da Filosofia e, até, da tragédia grega. Entendo que, uma vez no mercado, o bom profissional colhe frutos para si, mas também traz ganhos para a instituição que o formou, pois esta lhe ofereceu o suporte necessário para desenvolvimento de suas potencialidades. Não apenas em Direito este trabalho é possível, mas em todas as áreas, afinal, conhecer da leitura, explorar a oralidade, conviver em sociedade é tarefa de todos nós.

REFERÊNCIAS

CARNELUTI, Francesco. **Como nasce o Direito**. Trad. Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: Russel, 2004. 60 p.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma**. Trad. Edson Bini, São Paulo: Edipro, 1998.

FISCHER, Ernest. A necessidade da arte. Trad. De Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guababara Koogan, 2002. p. 08

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três volumes que se completam. 42. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 62 p.

FÜHER, Lon. **O caso dos exploradores de cavernas**. São Paulo: RT, 2005, 79 p.

_____. **O caso dos denunciadores invejosos**. Tradução de Dimitri Domoulis. São Paulo: RT, 2005, 95 p.

LIRA FILHO, Roberto, **O que é Direito**. SP, Brasiliense (Coleção Primeiros Passos) 1996, 93 p.

MAGNANI, Maria do Rosário Mortatti. **Leitura, Literatura e escola: sobre a formação do gosto**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 121p.